



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA Nº 3/2023 DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROTEÇÃO ANIMAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Aos 23 dias de março de 2023, às 19h25min, a Comissão de Saúde, Proteção Animal e Desenvolvimento Social reuniu-se na sede da Câmara Municipal de Ubá, com a presença dos vereadores Aline Moreira Silva Melo e José Carlos Reis Pereira, respectivamente, Presidente e Membro, para receber o Secretário Municipal de Saúde, dr. Antônio Carlos Jacob, o Coordenador da Policlínica, sr. Rafael Ignacchiti, a Coordenadora do Centro Especializado de Reabilitação, sra. Letícia Giselli de Oliveira, a Coordenadora de Saúde Mental do Município, sra. Vanisse Bernardes Bedim, a Encarregada do Ambulatório de Saúde Mental da Policlínica, sra. Eduarda Schittini, a Presidente da Apae Ubá, sra. Rosane Soldati e a responsável pela Promoção em Saúde, sra. Patrícia Colli, que vieram falar sobre melhorias na atenção mental do município.

Também estavam presentes os vereadores Célio Lopes dos Santos, Aparecida Sônia Ferreira Vidal e José Maria Fernandes.

A vereadora Aline iniciou o debate questionando para onde encaminhar crianças em surto e se a rede está preparada para recebê-las.

Disse que como profissional da saúde tem conhecimento da demanda represada, ou seja, existe o atendimento, mas ele não é o suficiente para evitar fila de espera, e do vazio assistencial, quando a demanda não é atendida. Então, questionou, também, o que pode ser feito para melhorar esses quadros.

Comentou que os psicólogos da Policlínica atendem áreas descobertas dos PSFs e programas específicos, como a Saúde de Assistência Especializada – SAE, que trata, por exemplo, portadores do vírus HIV e gestantes de alto risco. Portanto, gostaria de saber se o número de psicólogos é suficiente.

Disse que gostaria da inclusão de psicólogos nos PSFs, pois alguns não tem, porque acredita que nos postos o atendimento e acompanhamento é mais próximo do paciente, gera uma familiaridade entre paciente e profissional.

O Secretário Municipal de Saúde disse que acredita que se a criança fosse observada e cuidada desde pequenas, diminuiria a procura na área mental.

Comentou que são 4 psiquiatras, 5 psicólogos na Policlínica e 6 nas unidades básicas de saúde atendendo, mas não supre a demanda. Seria necessário mais recurso e profissionais disponíveis para melhorar os atendimentos.

Disse que estão “reformulando alguns assuntos na área da saúde”, e que, em breve, haverá o pronto atendimento infantil na cidade.

Contou que o recurso disponibilizado pelo governo, para o município, é insuficiente, porque Ubá realiza o atendimento da microrregião, sem contrapartida, então gera a necessidade do município, como no caso do CAPS AD, desembolsar 80.000,00 (oitenta mil) reais para manter o atendimento.

Comentou que antes de iniciar um determinado serviço, é necessário ter certeza que não haverá falha na sua manutenção, na sobrevida financeira dele, porque prejudica a população



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

descontinuar o tratamento.

Disse que outro ponto a ser observado é se a demanda é legítima, pois alguns pacientes inflam o sistema, o que gera fila, com demandas que poderiam ser supridas na triagem, no atendimento primário.

Fez um apelo aos vereadores para que destinem suas emendas à Secretaria Municipal de Saúde, para que possam implantar os serviços ora discutidos e o cidadão seja dignamente atendido.

Aproveitando a fala do sr. secretário sobre a possibilidade da demanda ser resolvida no primeiro atendimento, não sendo necessário encaminhar o paciente ao médico e iniciar o acompanhamento, a vereadora, presidente da comissão, questionou sobre capacitar os profissionais da atenção primária.

Questionou, também, sobre a previsão de inauguração do Núcleo de Assistência à Saúde Mental.

O secretário respondeu que estão procurando um espaço físico e estudando quais profissionais farão parte.

O sr. Rafael, de posse da palavra, contou que ocorreu uma conversa com os profissionais da saúde, no início de 2022, com a finalidade de melhorar a assistência aos pacientes, mas não se tratou de uma capacitação. Disse que está na sua pauta capacitar todos os profissionais das unidades, não somente os “repcionistas”.

A Encarregada do Ambulatório de Saúde Mental da Policlínica, dra. Eduarda, comentou que aumentou a equipe de profissionais, em relação a outros anos, mas não foi suficiente para suprir a demanda existente. Disse que a demanda, pós pandemia, aumentou bastante, por isso o suporte ficou comprometido.

Explicou que é na Policlínica que funciona a Coordenação da Saúde Mental, recentemente recomposta. Disse que, com os atendimentos realizados adequadamente, estão conseguindo identificar, precocemente, as doenças e tratar. Acha importante capacitar os médicos e enfermeiros.

A sra. Letícia explicou que o público do CER são os deficientes intelectuais. A equipe é formada por 40 técnicos: “3 psiquiatras, sendo 2 infantis, 1 neurologista, 8 fonoaudiólogos, 8 psicólogos, nutricionistas, 3 assistentes sociais, enfermeira, 8 fisioterapeutas”. Disse que os pacientes que recebe demandam várias consultas, de diversas especialidades, ou seja, o tratamento não é rápido, então surgem as filas.

O fato de Ubá atender a microrregião, sem contrapartida, onera o sistema, não permitindo aumento nas atividades.

Também contribuiu com a reunião a srs. Rosane, contando que na Apae Rural foi feito um centro de acolhimento, chamado Centro Dia, onde acolhem os alunos que atingiram a idade de escolaridade formal, dando continuidade ao tratamento com o exercício das atividades ofertadas. Alguns profissionais que acompanham são psicólogos, fonoaudiólogos e professores de pilates (esferas intelectual, auditiva e física) e são, ao todo, 297 usuários. O projeto é custeado somente pela Apae, com o mesmo valor há 5 anos.

A sra. Vanisse disse que a Rede de Saúde Mental inclui CAPS, ambulatório de saúde



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

mental, serviços terapêuticos, CER e Apae e que a comunicação entre os serviços é necessária para a rede funcionar.

Comentou que todos os serviços estão saturados, mas está tentando manter a rede fortalecida, cumprindo as demandas discutidas nas reuniões de saúde. E que a demanda judicializada é crescente.

Disse que a criação de um CAPS infantil é complexa, porque demanda uma equipe multifuncional e recursos financeiros, sendo necessária uma contrapartida dos outros municípios usuários.

Em seguida, foi passada a palavra para o Vereador Célio Lopes dos Santos que levantou a questão da falta de aporte de recursos de outros municípios com pacientes atendidos na APAE de Ubá e questionou a prioridade deles no atendimento.

Letícia disse que o CER é um serviço do Ministério da Saúde que delimitou que a forma do atendimento público segue a ordem de chegada das pessoas na fila. Explicou que a documentação do paciente é encaminhada à Junta Reguladora da Secretaria Municipal de Saúde e, posteriormente, repassa a documentação para ela e o paciente aguarda na fila de espera.

A vereadora Soninha manifestou seu apoio à criação do CAPS Infantil.

O vereador José Carlos disse sobre a importância de se ter uma equipe preparada e organizada para realizar os atendimentos e também de uma reunião com outros municípios para discutirem sobre a transferência de recursos financeiros para o atendimento em Ubá.

O secretário Municipal de Saúde, Dr. Antônio, ressaltou a importância de aglutinar forças para se fazer um bom trabalho.

O vereador José Maria lamentou o impedimento legal de serviços voluntários durante o exercício de vereança e ressaltou a importância do acolhimento pelo profissional e também abordou o tema referente à contrapartida de outros municípios com pacientes atendidos em Ubá.

O Coordenador Rafael citou um evento realizado em fevereiro/2023 no município de Ubá para tratar das necessidades das demandas emergenciais e, em seguida, convidou os presentes a participarem do Seminário da Microrregião de Saúde Mental que ocorrerá no município de Ubá no dia 27/04/2023.

A vereadora Aline questionou para onde serão encaminhadas as demandas de crianças em surto e das crianças que necessitam de diagnósticos enquanto não há o atendimento infantil e qual é o número dessa demanda.

Vanisse explicou que, hoje, na maioria dos atendimentos em surto é de adolescentes. As crianças são atendidas na Policlínica e nos casos, extremamente, graves são encaminhadas para o CAPS.

Esclareceu que o município não possui o atendimento especializado na rede, mas podem ser encaminhadas para o ambulatório mental na policlínica, CAPS, CER... Mas que isso não é o correto.

Deixou claro que o município não nega nenhum atendimento, mas é necessário verificar a condição do paciente para encaminhá-lo.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prosseguiu afirmando que a população tem a dificuldade em entender a funcionalidade do serviço de Psicologia, pois os atendimentos de psicologia não é atendimento médico.

A vereadora Aline sugeriu, para o momento, a capacitação para pediatras no pronto atendimento de crianças em sofrimentos mais graves e um psiquiatra para dar apoio no atendimento.

Vanisse acredita que devem ser atendidos no CAPS ou Policlínica, mas quando não estiverem em funcionamento, devem ser levadas ao Hospital.

A vereadora Aline levantou a questão das pessoas em surto de outros municípios internados em comunidade terapêutica que não são atendidas pelo CAPS.

Rosane explicou que são distintas as formas de tratamento. A comunidade terapêutica não compõe a RAPS, tendo como foco o tratamento da abstinência. Já a proposta da rede psicossocial do CAPS é a redução de danos.

O secretário informou que os serviços de plantão de urgência e de emergência é abrangente para atender qualquer especialidade, mas o atendimento de saúde mental, necessita de tratamento contínuo.

A respeito da criação do atendimento infantil, acredita que terá uma qualificação profissional. Relatou que o edital do CAPS AD incluirá o consultório itinerante e o atendimento aos moradores de rua.

Em seguida, foi passada a palavra ao Ouvidor da Saúde do Município de Ubá, Misael Almeida Souza que afirmou ser um desafio tratar sobre a Saúde Mental e que é importante realizar o atendimento da melhor maneira possível.

A vereadora Aline passou a palavra ao público presente.

A senhora Imaculada disse que tem 4 filhos especiais e contou que aguarda o encaminhamento da documentação do PSF há quase dois anos para consultar uma de suas filhas.

A vereadora Soninha afirmou que em visitas “in loco” dos PSFs ela verificou que há consultas pendentes nos PSF desde 2019.

Dr. Antônio disse que a demanda reprimida existe em todo o Brasil, sendo necessária a efetivação das políticas públicas de saúde e a atuação do Ministério da Saúde.

O vereador José Carlos ressaltou a necessidade de organização das ações e dos serviços de saúde.

O senhor Cláudio (público presente) quis saber se há previsão de contratação dos profissionais e se há proposta de municipalizar o CAPS ou terceirizar os serviços como foi feito com o CAPS AD.

Dr. Antônio informou que ainda é projeto de estudos, mas sua preocupação não é o número, mas sim a forma como os profissionais serão direcionados para o trabalho. A respeito do CAPS AD a situação está sendo avaliada e em breve terá informações.

Outro assunto abordado pela vereadora Aline foi a realização de marcação de consultas e exames através de uma central, cujo objetivo é otimizar os atendimentos prioritários.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Aline comentou que foi dito que no CER são 124 pessoas aguardando na fila e são 8 vagas por mês, então gostaria de saber como funciona a fila, se existe um critério, na triagem, que prioriza determinado usuário ou se é por ordem de apresentação.

A sra. Letícia respondeu que a lista é composta por crianças menores de 3 anos. Quando é um recém-nascido prematuro, com complicações, ele passa na frente. Explicou que quando existe um recém-nascido, ele tem preferência à outra criança normal, portanto o atendimento de 2 crianças normais só ocorre se não houver recém-nascido. Caso exista uma criança com alguma condição que demande atendimento mais rápido, por exemplo, tenha sofrido traqueostomia, seu atendimento é priorizado.

Rosane disse que na Apae tem crianças que são órfãs e cadeirantes, ou seja, não possui um ajudante todos os dias e os afazerem de casa se tornam bastante difíceis, e comentou, também, sobre o caso de 3 pessoas com problemas mentais, filhos de idosas. Diante desses casos, gostaria de sugerir ao município a implantação de uma Casa Lar, onde abrigariam as pessoas que não tem apoio, vivem sozinhas, ou são dependentes de pais idosos.

Comentou que a Apae não tem condições de manter essas casas e o abrigo não pode acolher, porque são pessoas maiores de 18 anos, mas são casos urgentes e carentes de solução.

O dr. Antônio respondeu que pode ser matéria de estudo, mas hoje o Núcleo é urgência para o município.

O vereador José Carlos disse que é importante convidar um representante da Secretaria de Desenvolvimento Social para as próximas reuniões.

A vereadora Aline questionou, à Rosane, se a Residência Terapêutica não teria perfil para acolher essas pessoas que comentou acima.

Respondeu que não é caso de encaminhar para lá, porque a Residência Terapêutica é para receber pessoas que estiveram, por um longo tempo, em internação psiquiátrica e não tem mais vínculo familiar.

Marina e Juliana, mães de crianças autistas, pediram para implantar o símbolo do lacinho nas placas indicativas de prioridades nos estabelecimentos públicos de saúde que não tem.

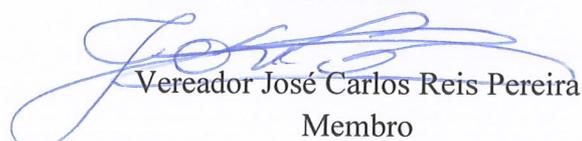
A vereadora Aline disse que será feito um requerimento, ao setor de fiscalização do município, pedindo que a lei seja cumprida, incluindo o símbolo.

Finalizando, disse que percebe urgência, por trabalhar no setor da saúde do município, nos casos de Atenção à Saúde Mental, por isso provocou a reunião.

Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às 22h40min.


Vereadora Aline Moreira Silva Melo

Presidente


Vereador José Carlos Reis Pereira
Membro